

A gente dessa Ilha e a Ilha dessa gente: as transformações de um imaginário de controle e punição em Fernando de Noronha.

1

GT 06: Imaginários sociais, memórias e pós-colonialidade.

Tatiana Valença Ferrazⁱ

Resumo:

O Arquipélago de Fernando de Noronha situado na costa brasileira, ao longo de sua história já representou vários papéis de controle social como prisão de segurança máxima, base militar e base aérea da Air France. Durante esses processos de transformação, percebemos uma ocupação de pessoas cuja história se tornou invisível, uma ocupação representativa da formação social, desenvolvendo uma memória que sofreu e sofre atravessamentos dos projetos continentais, mas que pertencem a outros olhares, para além da história oficial. O objetivo deste artigo é iniciar uma análise sobre os relatos insulares, resgatados através da metodologia da história oral, trazendo a tona uma memória subterrânea oprimida por instituições de vigilância e de punição em concordância com a ordem econômica capitalista continental.

Palavras-chaves: Memória, Vigilância, Punição, Identidade.

Resumen:

El archipiélago de Fernando de Noronha, situado en la costa de Brasil, durante su historia ha desempeñado distintos roles sociales fue prisión de máxima seguridad, base militar y base aérea de Air France. Durante estas transformaciones, se nota una ocupación cuya historia se convirtió en invisible, una ocupación que representa la formación social, el desarrollo de una memoria que ha sufrido y sufre cambios de diseños continentales, sino que pertenecen a otras miradas más allá de la historia oficial. Este artículo busca iniciar un análisis de los informes de la isla, rescatado por la metodología de la historia oral, la educación de una memoria subterránea oprimida por las instituciones de vigilancia y sanción, dialogando con el orden económico capitalista continental.

Palavras-chaves: Memoria, Vigilancia, Castigo, Identidad.

Introdução

Em abril de 2012 uma equipe envolvendo profissionais de diversas áreas de pesquisa e de comunicação foi enviada ao arquipélago de Fernando de Noronha com o intuito de coletar informações sobre a história da população residente. O projeto, aprovado pelo FUNCULTURA (Fundo de incentivo à cultura do Governo de Pernambuco) teve como finalidade a produção de um siteⁱⁱ que revelasse e democratizasse informações de natureza histórica e sociais sobre a respectiva população; pretendendo, com isso, perceber o espaço do arquipélago não como uma reserva ecológica, mas como um lugar de memória, envolvendo, portanto, as reapropriações do passado em diálogo com as diferentes narrativas oficiais e históricas: as ilhas na memória referente ao presídio, as ilhas e as interpretações do período da base militar americana e da presença e administração do exército brasileiro e, as ilhas a partir dos olhares para o seu desenvolvimento social e econômico no processo de redemocratização nacional nos idos de 1980, período em que arquipélago foi reanexado ao território administrativo do Governo do

Estado de Pernambuco e transformado em Parque Nacional Marinho sob a responsabilidade de uma instituição estatal, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais).

A coleta de informações das memórias da população noronhense partiu de referências fornecidas pela administração distrital de Fernando de Noronha que revelou moradores remanescentes dos respectivos períodos históricos. Ao todo, foram selecionados 27 depoimentos, coletados através de entrevistas, produção de imagens de vídeos e fotografias dos moradores selecionados entre várias faixas etárias, classes sociais, ocupações e gênero.

Esses depoimentos motivaram a produção de um projeto de Doutorado que tem como finalidade revelar uma história que não se encontra presente no discurso oficial do Estado brasileiro, mas uma “memória subterrânea”, da vivência dessa comunidade com o seu espaço físico e social (Pollak: 1989). Pretendemos com isso realizar os primeiros apontamentos de uma análise inicial, buscando uma metodologia que articule história oral e análise de micronarrativas. A discussão proposta a seguir apoia-se nos conceitos de vigilância e punição, discutidos por Michel Foucault (1984), como vetores importantes no processo de entendimento dos imaginários experimentados pelos moradores de Fernando de Noronha, já que esse espaço em diferentes situações históricas apresentou (apresenta) características de uma memória carcerária.

Nesse sentido, a vigilância e a punição na organização social brasileira tem sua origem nas bases de formação do Estado moderno burguês. O projeto de administração da sociedade, forjado pela classe burguesa, emergente das revoluções do final do século XVIII, traz consigo uma teoria baseada em um pragmatismo científico, racional cuja herança para a contemporaneidade nos serve como paradigma de análise para as origens das problemáticas de segregação sociais.

O Estado moderno foi pensado de forma racional quando projetou suas organizações de estruturas de poder política, econômica, social e cultural, mas também representou um pensamento ordenado num exercício de poder de uma ordem econômica capitalista, sugerindo na sua prática técnicas de controle do corpo social inserido na vigência dos projetos ligados as necessidades mercadológicas (Foucault: 1979).

Segundo Foucault, a criação dos modelos penitenciários seguiu a proposta de manter distante dos olhos da sociedade os indivíduos que de alguma forma foram considerados danosos ao convívio social. A criação dos presídios de segurança máxima, como o Presídio de Fernando de Noronha, refletiu a proposta de criação racional de controle social por parte do estado moderno brasileiro. No entanto, percebemos, ao longo da história de ocupação do território insular, que as práticas de vigilância e punição transcenderam as estratégias de educação e ressocialização - a história do espaço físico e social foi sofrendo mutações de acordo com as transformações dos mercados capitais.

Tomamos como ponto de partida as estratégias oficiais de vigilância e punição instituídas em Fernando de Noronha pelo Estado para posteriormente analisar os ecos dessas estratégias como ferramentas de controle nas diferentes maneiras de ocupação da ilha ao longo de sua história. Associaremos esse discurso oficial a relatos atuais dos moradores, atentando para as tramas de uma “memória subterrânea” e silenciada e, nesse artigo, resgatadas, no intuito de buscar novas abordagens para as maneiras de ressignificação políticas contidas nesse espaço social (Pollak: 1989).

Assim, nossa intenção é recuperar os vestígios da memória de uma população colocada à margem dos grandes projetos políticos e econômicos que sempre determinaram as formas de ocupação da ilha de Fernando de Noronha e moldaram as narrativas e representações oficiais sobre o lugar.

A Ilha dessa gente: a história oficial

Fernando de Noronha é um arquipélago formado por 21 ilhas que corresponde aos topos de uma montanha submarina, cuja maior ilha tem uma extensão de 17 km. Território de formação vulcânica, localizado no oceano Atlântico, possui um solo argiloso/avermelhado, rico em minerais, propício ao desenvolvimento agrícola. Sua vegetação é denominada de mata atlântica insular. O arquipélago possui um clima tropical e se localiza a uma distância de 545 km a nordeste do Recife.

No século XVI Fernando de Noronha passa a integrar um processo peculiar da história ocidental - vinculada a profundas transformações de ordem mundial: as Grandes Navegações. Descoberto em 1504, aos olhos do continente europeu, pelo navegador Américo Vespúcio, o arquipélago derivou seu nome do então fidalgo português Fernão de Loronha, que também financiou a aventura transgressora do navegador (Silva: 2007). Segundo Michel de Certeau:

Américo Vespúcio, o Descobridor, vem do mar. De pé, vestido, encouraçado, cruzado, trazendo as armas europeias do sentido e tendo por detrás dele os navios que trarão para o Ocidente os tesouros de um paraíso. Diante dele a América Índia, mulher estendida, nua, presença não nomeada da diferença, corpo que desperta num espaço de vegetação e animais exóticos. [...] Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado - o brasão de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América Latina (Certeau, 1982: 05).

Nesse sentido, a economia ocidental sofreu mudanças em seus fundamentos a partir da integração de um mercado que se delineava junto à descoberta de um universo físico, geográfico, que subverteu a ordem de um mundo espiritual cristão medieval. Argonautas e aventureiros transgrediram a respectiva ordem e se lançaram no atlântico, esquadrinhando e disputando o novo mundo descoberto. É a partir deste contexto de uma conjuntura econômica europeia que o arquipélago foi significado enquanto espaço da ação de uma cultura externa, gerando um lugar histórico que se movimenta de fora pra dentro. É nesse sentido que, para Arno Wehling e Maria José C. M. Wehling (1999), pensar os referentes históricos que pressupõe a construção de uma história do Brasil, significa articular as origens de nossa nação com o surgimento da modernidade.

Loronha, cuja única importância para a história do Brasil foi justamente o financiamento da expedição que acarretou na descoberta do arquipélago, não teve interesse em ocupar a terra e desenvolve-la com benfeitorias. Consequentemente, Fernando de Noronha foi praticamente abandonado pelos interesses do projeto capitalista mercantil europeu do período. Foi apenas a partir do século XVII que o arquipélago, até então, politicamente representado como terra de ninguém, seduziu os governos holandeses e franceses, que chegaram a ocupar o território durante um ano, construindo fortificações de ocupação e vigilância do oceano Atlântico (Silva: 2007).

A função inicial das ilhas estava ligada a um projeto de delimitação territorial. É nesse sentido que várias nações europeias - Portugal, Espanha, Holanda e França - criaram estratégias de ocupação organizando pontos de desembarque, como base de apoio necessário ao deslocamento no atlântico (Idem).

Inscrito nesse contexto de delineamento de uma cultura capitalista mercantil, configurada a partir das novas relações econômicas, o surgimento da classe burguesa europeia possibilitou a perspectiva de mobilidade social, transformando uma sociedade estamental - engessada pela vontade de Deus - num lugar de mutação, movimentada por engrenagens, tecnologias geridas pela razão como instância importante na formação das novas ideias que começavam a organizar as relações políticas, econômicas e culturais (Faoro: 2001).

Para Michel Foucault, a ação transgressora da razão burguesa possibilitou o enfrentamento da tradição e iniciou uma revolução cultural que estruturou uma nova organização de Estado na era da

Idade Moderna. O oceano Atlântico foi navegado e explorado, ressignificando valores, culturas, espaços concretos e libertou a capacidade de abstração humana.

Porém, o autor relata ainda que junto à ação de transgredir existe a preocupação social com a fronteira tensa e tênue entre a transgressão, a consolidação de uma norma e o delito. O espaço social burguês, com o intuito da manutenção e legitimidade gerou técnicas de controle social, contenção da transgressão e punição que também foram inseridos nos significados atribuídos ao novo mundo. Diz ele:

A justiça penal não foi produzida nem pela plebe, nem pelo campesinato, nem pelo proletariado, mas pura e simplesmente pela burguesia, como instrumento tático importante no jogo de divisões que ela queria produzir (Foucault, 1979: 56).

Ainda em sua acepção, a representação do delito e do delinquente está associada a algo danoso, sujo e imoral para a sociedade. O delinquente caracteriza-se como ser abjeto da humanidade e, por isso mesmo, precisa ser justificado através do processo de desumanização, sendo privado do direito a liberdade e de pertencimento a esta sociedade. O delinquente enfrenta então a condição de proscrito, e não raro, é condenado ao exílio no novo mundo.

Essa linha de análise proposta por Foucault torna-se importante para o entendimento do tipo de ocupação social que se constituiu em Fernando de Noronha a partir do século XVIII, período que a coroa Portuguesa retomou esse espaço (mais precisamente em 1730) - integrando-o ao território da capitania de Pernambuco – e utilizando-o como exílio para presos comuns. A representação do arquipélago sob o ponto de vista do isolamento geográfico transformou um território de solo riquíssimo e clima propício ao plantio, em uma prisão sem paredes.

Fernando de Noronha no mesmo momento em que se tornou simbolicamente um “dispositivo político” de punição ao delito, agregando novas concepções simbólicas às estratégias de ocupação do arquipélago, foi integrado pelos vetores de organização cultural do continente. É com a finalidade de manutenção da normatividade nos espaços externos às ilhas que uma organização social vinculada à punição gestou-se como memória social neste território (Foucault: 1979). Consoante a esse pensamento, Certeau vai dizer que:

Uma ilha faz fronteira por todos os lados com o oceano. O oceano não representa apenas água com um ecossistema marinho, mas pode representar o elo com o continente, afinal de contas não se trata de um fosso, de um buraco negro, pode representar um caminho, um volume de água que afoga, que asfixia qualquer pensamento de liberdade (Certeau, 1982: 81).

Desse modo, o pensamento iluminista do século XVIII gestou uma arquitetura mental de formação do Estado brasileiro anteriormente ao século XIX, momento em que o pensamento dos Direitos universais de Liberdade, Fraternidade e Igualdade guiaram o discurso do texto da primeira constituição brasileira de 1824 (Costa Porto: 1979). Consequentemente, novos padrões de cerceamento e normatização propriamente modernos passaram a orientar a ação do Estado, repercutindo no modelo de aprisionamento e punição vigente no território das ilhas noronhenses.

Na década de 30 do século XVIII a coroa portuguesa enviou presos comuns para o exílio em Fernando de Noronha, política também adotada pelo governo da república velha nas primeiras décadas do século XX. É importante ressaltar que além dos presos comuns e dos funcionários da administração do presídio, as famílias de ambos - no caso dos presos que apresentavam “bom comportamento” - também foram autorizadas a residir no território, forjando um insipiente grupo social a partir desta migração do continente para o arquipélago.

Pessoas de diferentes estados brasileiros, como Pernambuco e o Rio grande do Norte chegaram, assim, em Noronha. Levando consigo práticas de uma cultura continental, construíram moradias, desenvolveram agricultura de subsistência e procriaram. Neste mesmo ambiente, coexistiram os filhos do delito e os filhos da ordem. São os personagens derivados dessa dinâmica que, nos depoimentos

coletados no presente do século XXI, enquadram seus antepassados em seus lugares de memória (Silva: 2007).

A partir de 1849, com a Revolução Praieira, presos políticos foram enviados para Fernando de Noronha, o que também viria a ser prática comum na república velha e na gestão estado-novista de Getúlio Vargas. Os “presos políticos” passaram a ser parte constituinte de um cenário distante dos olhos e da ditadura imposta no continente brasileiro. Graças a Vargas, registrou-se a passagem de Carlos Mariguella e Gregório Bezerra, como sugere a entrevista desse último ao jornal *O Pasquim em 1978*ⁱⁱⁱ. Um novo elemento à parte, introduzido no cotidiano das famílias dos funcionários e dos presos comuns, mas que não foi incorporado ao grupo social. Um corpo estranho, sem vínculos afetivos, preso ao lugar, mas sem a ideia de pertencimento.

Gregório Bezerra comentou que, nos idos de 1942, o presídio de Fernando de Noronha foi desativado em função de uma contingência novamente externa que redirecionou um sentido de ordem e vigilância espacial. Nesse sentido, a população remanescente de uma história de aprisionamento por delito vivenciou o contexto de outra ordem estratégica de controle, através da presença de um corpo militar continental que se instalou no território com a implantação de uma base militar. A segunda Guerra Mundial chegou a Noronha através do apoio do governo brasileiro getulista, que forneceu um contingente de seu exército e autorizou a estratégia de ocupação do exército americano que instalou uma base de mísseis no arquipélago.

A ordem militar, assim como no sistema penal, se constituiu como ação que coibiu a delinquência, mas também assumiu uma função disciplinadora do espaço físico e cultural (FOUCAULT: 1981). Dessa maneira, o exército introduziu no arquipélago desde técnicas agrícolas e de atividades pecuaristas, transplantando vários trabalhadores braçais especializados nas respectivas funções, até normas de comportamento social, através da gestão da educação, da saúde e do policiamento dos espaços de convívio da população.

Foi de autoria do exército o estabelecimento, neste período, do toque de recolher, da proibição de relacionamentos entre membros do exército com a população local, da existência de prostíbulos e de relacionamentos homossexuais. A presença do exército em Fernando de Noronha, portanto, reforçou, a partir de novas técnicas de disciplinamento, a ação opressora das necessidades de uma conjuntura continental (Silva: 2007).

Em 1952, seguindo a percepção de adequação funcional de Fernando de Noronha às necessidades dos projetos políticos, econômicos e sociais continentais, foi instalada, com autorização do governo federal, uma base aérea francesa responsável pelo sistema de correios que possibilitou a comunicação intercontinental – controlada pela *Air France*. O território foi adequado a uma utilização que não visava o desenvolvimento interno e não percebia uma população forjada nas ilhas. O espaço ocupado por essa montanha de formação vulcânica representou o esboço de um porta-aviões estático, sempre pronto, a qualquer momento, novamente a atender aos interesses do olhar de fora (*Idem*).

O arquipélago se configurou como parte estratégica do planejamento de um governo federal civil e militar que administrou os espaços do céu, do mar e da terra de Fernando de Noronha até o fim da década de 1980, quando o processo de redemocratização no Brasil desfederalizou o território e o reintegrou ao espaço gerido pelo governo do Estado de Pernambuco (*Idem*).

Em 1988, o decreto lei 96.693^{iv}, transformou os aproximadamente 11.270 hectares de fragmentos de terra cercados de água por todos os lados que compõem o Arquipélago em Parque Nacional Marinho. A responsabilidade administrativa pelo território da ilha foi repartida conforme as seguintes referências estatísticas: 33,70% do território destinado a interesses continentais do Estado de Pernambuco; 13,51% para o comando da aeronáutica, viagens turísticas e trabalhadores que vem do continente para o arquipélago; e 52,79% para gerenciamento do IBAMA, que atende às prioridades de várias espécies de seres vivos que residem na ilha, com exceção da espécie humana.

Pois, segundo o Plano de manejo de Proteção Ambiental (APA)^v, observamos que a simples existência de uma população local noronhense não corresponde mais aos interesses continentais. O

discurso neoliberal baseado no politicamente correto de salvação do frágil ecossistema inibe qualquer ação de permanência humana e identidade cultural associada ao espaço da ilha. O morador de Fernando de Noronha não pode mais nascer^{vi} nem ser sepultado no território: a casa não lhe pertence e sua permanência nada mais é do que uma concessão do governo do Estado de Pernambuco.

Este morador, denominado de “noronhense”, pode lá permanecer desde que isto não afete o ecossistema e a rede hoteleira de grupos de empresários, controlada por empreendedores que chegaram às ilhas junto à implantação da redemocratização do Estado brasileiro. O relato do empresário Zé Maria que chegou ao Arquipélago há 23 anos, dono de uma das pousadas mais conhecidas da Ilha (Pousada Zé Maria), traz a versão da chegada dos empreendedores em Noronha e, de como os novos projetos de ocupação e desenvolvimento do Arquipélago seguiram os interesses continentais em território insular:

Com a mudança da constituição a Ilha voltou para Pernambuco, fui convidado pelo governador Miguel Arraes pra montar um supermercado aqui e, na época eu disse a ele que se ele fizesse a licitação eu participaria. Aí ele fez uma licitação, só eu participei...aí eu ganhei a licitação, montei outros negócios (Depoimento de Zé Maria).

Percebemos, através do relato do empresário, as facilidades criadas para implantação do projeto do governo do estado de Pernambuco, a administração do governador Miguel Arraes incentivou empresários de fora da Ilha. Como uma licitação é realizada e apenas um empresário do continente concorre? O mais curioso, como ninguém, nenhum morador da Ilha, comerciantes locais concorreram nesta licitação? Por que não houve motivação dos moradores locais para o desenvolvimento de uma atividade comercial no território insular?

Diante do exposto, Fernando de Noronha representa muito mais do que um espaço geográfico, com características específicas de clima e relevo. No momento em que foi destinada à ocupação humana de várias naturezas, representou também as diversas naturezas do sistema capitalista implantados pelos projetos desenvolvidos pelos aparelhos de controle social da Ilha. As necessidades dos moradores insulares foram vilipendiadas em função de uma ordem econômica empreendida de fora. Porém, o que buscamos discutir é justamente esse outro “noronhense” que foi e é parte constituinte da história de formação daquele espaço, as marcas de memórias afetivas contidas nesses relatos são instâncias importantes de entendimento das políticas sociais inscritas no arquipélago e, ainda que estas marcas apareçam apagadas pelos tentáculos de uma historiografia oficial, elas existem.

A gente dessa ilha: memória e história oral

Ao iniciarmos as arguições a respeito das interpretações sobre os tempos históricos abordados, percebemos nas falas dos moradores locais inserções de representações que agregavam histórias de família, histórias da população associadas ao espaço físico da ilha e histórias relacionadas aos projetos de administração das diferentes gestões do arquipélago junto à vivência da população nesse espaço.

Através dos depoimentos, percebemos uma história do cotidiano da comunidade noronhense que caminha à margem de uma história escrita e oficial. Relatos como o da senhora Maria do Carmo Dias Barbosa, apelidada por Dona Pituca^{vii}, filha de agricultores paraibanos, chegou à Ilha com 2 anos de idade, o pai trabalhou nos barracões de venda de secos e molhados do exército. Dona Pituca narrou trechos da infância quando relembra em seus depoimentos uma memória dos presos de Noronha trabalhando nas calçadas da Vila dos Remédios, bairro de Fernando de Noronha:

Só brincava de boneca porque não tinha com quem brincar. Naquele tempo tinha muito preso, a gente não tinha com quem brincar, eles ficavam na rua fazendo calçada, outros roçando mato, outros plantando (Depoimento Dona Pituca).

Dona Pituca menciona ainda a falta de liberdade de trânsito imposta pelo toque de recolher, das restrições de acessos espaciais no arquipélago e afirma, aos 80 anos, que nunca tomou banho de mar: “Tenho medo, tenho medo, não vou não. Mas Deus me livre! Esse mar é diferente do mar de fora (...). Tomo não banho de mar. Tomo não banho de mar, é ele pra lá e eu pra cá” (Idem).

São memórias, como essa, que apresentam características de um corpo pedagógico em estado de vigilância e privação, a ilha não se apresenta para Dona Pituca como um espaço de pertencimento e reconhecimento de si, mas sim, sempre do outro, do externo, fato que politicamente a distancia do uso do mar.

Já no depoimento do senhor Juvenal José de Meneses, apelidado de Seu Veneno, percebemos que a relação do mesmo com as ilhas assume características de uma cultura continental. Atualmente hoje com 85 anos, desde 1957 mora em Fernando de Noronha. Natural do Rio Grande do Norte, Seu Veneno chegou e trabalhou como vaqueiro para o exército:

De primeiro isso aqui era um território (...) é, território é o exército (...). Bode, ovelha podia criar, mas gado só o território podia criar. Foi o tempo que passou, foi simbora o exército, passou pra Pernambuco aí venderam o gado (Depoimento Seu Veneno).

Seu Veneno desenvolve atividades agrícolas no plantio do feijão, milho, mandioca, bananeira e coqueiro, e também cria gado. Já faz parte do cenário de Fernando de Noronha encontrá-lo vestido em trajes típicos de boiadeiro, montado em seu cavalo, tangendo seus bois por dentro da mata atlântica insular. No sítio de Seu Veneno, a criação de gado, atividade outrora autorizada e incentivada pela administração do exército brasileiro, é hoje considerada clandestina. O IBAMA proíbe criações de animais que prejudiquem o frágil ecossistema dos animais endógenos e o desenvolvimento de uma agricultura que ameace, através do desmatamento, o espaço das plantas nativas: “Agora é tudo do IBAMA (...). Tem lugar aqui que a gente não pode entrar, não. O lugar que é do IBAMA não quer que ande a cavalo, não” (Idem).

Tomamos como exemplo esses trechos de depoimentos – Dona Pituca e Seu Veneno - que revelam indícios de duas lógicas de poder instituídas no arquipélago em dois momentos de sua história recente. Esses vestígios apontam como os projetos externos às experiências da população local têm profundas implicações na cultura de vivência dentro do arquipélago. Assim, acreditamos que o presente discurso oficial, encarnado na ideia de ecologia e que assumem um lugar de melhoria de qualidade de vida para Fernando de Noronha não se distancia de um imaginário de aprisionamento e segregação social para os habitantes de baixa renda, ao contrário, se constituem como uma linha de permanência, ainda que contenha singularidades históricas, vinculada à opressão nos habitantes das ilhas.

Em nosso projeto de pesquisa, portanto, tencionamos operacionalizar diferentes faces das memórias noronhenses – lugares enxertados de relações de poder (Nora, 1993). A coleta de uma memória compartilhada através do discurso oral representa para a história do arquipélago um elemento importante na sua construção, pois observamos que nos textos historiográficos oficiais a escrita representa uma perspectiva de verdade legitimada, no passado, por interesses de um Estado moderno burguês e, hoje pelo Estado neoliberal.

A pertinência do uso de uma história oral, neste projeto segue a linha de análise que contemple outra “escrita da história”, na acepção de Certeau. Ou seja, uma história construída a partir dos fragmentos de memórias dos moradores do arquipélago como lugares de significação. Essas falas são entendidas como práticas de disputa cultural reveladas nas experiências de pessoas que se diferem em gênero, classe social, ocupações, ascendências, idade e tempo de moradia no território.

Assumimos a posição política de que há vários traços narrados para uma mesma experiência e, nesse sentido, a escolha por um, significa o apagamento dos outros. Os vários sentidos que ocupam as vivências, elaborados a partir do seu lugar de observação, são fundamentais para a análise dos projetos

instituídos pelo continente nas ilhas noronhenses e suas repercussões na cultura das relações da população no seu respectivo espaço.

Desta forma, achamos pertinente também analisar de que maneira os discursos são construídos, na perspectiva do projeto do continente utilizando o conceito de exotopo (Mikhail Bakhtin: 2003), ou seja, uma percepção de tempo e espaço associada a um projeto civilizatório mais amplo, vinculado aos vetores de poder da modernidade que estendem seus tentáculos sobre a ilha, e que se diferencia do sentido da experiência vivida dos moradores do arquipélago de Fernando de Noronha. Para compreender os sentidos dessa vivência em relação ao exotopo, usamos o conceito de cronotopo, do mesmo autor, para qualificar as ações internas dos moradores insulares e sua análise introspectiva de construção das percepções dos acontecimentos históricos no arquipélago, como parte de uma percepção distinta de espaço e tempo.

A memória de vivência dos moradores de Fernando de Noronha relacionada ao espaço físico nas ilhas se mostra bastante peculiar. Ao associarmos uma percepção do que seria nascer e morar numa Ilha torna-se quase que óbvia uma relação de proximidade da população insular com o mar. O fato é que as restrições impostas pelo funcionamento de um presídio e de uma base militar no arquipélago possivelmente tornaram essa vivência singular.

O caminho metodológico proposto por esse trabalho está inserido também na construção de uma “memória subterrânea”, como já citamos, como ferramenta para articular o diálogo inscrito entre os vestígios de práticas culturais articuladas às prisões e o discurso posterior (visualizado a partir de 1980) inscrito em Fernando de Noronha como um cenário paradisíaco, entrelaçando discursos conectados ao turismo e à ecologia, como referentes simbólicos positivados para o arquipélago.

Esse novo projeto implica a construção de outra visão histórica oficial da região, bem como as consequências dessas práticas significativas para os comerciantes de pequenos estabelecimentos, pescadores e agricultores. Ao falarmos dos discursos e significados relacionados com os tempos de uma memória de governança e uma memória de quem sofreu as ações dessa forma de governo, levamos em consideração as relações de poder imbricadas na história oficial e na história dos enquadramentos das memórias insulares. A partir disso, questionamos: um projeto de controle, de vigilância na modernidade poderia ser também observado, através do nosso objeto de análise, hoje, no discurso continental do ecoturismo? Com o intuito de buscar respostas a esse questionamento, acreditamos na necessidade da utilização da teoria de Michel Foucault com relação às ações de controle continentais associadas a um sentido de pertencimento vinculado a um projeto econômico de produtividade.

Observamos que desde o início da ocupação insular, o espaço da ilha esteve sempre voltado a funcionar como apêndice de macroestratégias políticas e econômicas que jamais levaram em consideração os interesses das comunidades residentes no território. Tal situação histórica *sui-generis* revela-se crucial para a discussão de questões historiográficas vinculadas à construção de memória e identidade grupal em relação ao espaço habitado. Percebemos nos depoimentos, além do sentimento de isolamento comum a populações insulares distanciadas, uma compreensão muito particular do tempo e a consciência de que a passagem temporal na ilha não é experimentada da mesma forma que no continente.

Ademais, constatamos um sentimento de identidade profundamente ambíguo nesses “outros moradores” locais que tencionamos pesquisar, expresso em formas específicas de apego a um território que, contudo, não lhes pertence, e que está permanentemente sujeito a imprevisíveis interferências oriundas de instâncias de poder superiores sobre as quais os habitantes não têm nenhuma ingerência. Diante do exposto: o discurso neoliberal, como o atual modelo de governabilidade em Fernando de Noronha, projeta uma ideia de coletividade, envolvendo a harmonização do sujeito histórico com o ecossistema, o que significa, em outras palavras uma ênfase na construção de lugar de sustentabilidade e qualidade de vida para o morador livre, quando em prática, camufla estratégias de segregação, vigilância e punição tão violentas quanto a da comunidade carcerária. É o que contém de subtendido,

no discurso oficial do estado e do mercado, que nos instiga complexificar as relações entre a gente dessa Ilha e a Ilha dessa gente.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *O tempo e o espaço nas obras de Goethe*. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. – São Paulo: Contexto, 2006;
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
- PORTO, Costa. *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979.
- DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001;
- FOCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- _____. *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- Plano de Manejo conduzido com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*. In: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Resumo%20Executivo_f.pdf, acesso em 07/07/2012.
- SILVA, Marieta Borges Lins e. *Fernando de Noronha: cinco séculos de história*. Recife: CELPE, 2007
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C.M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Notas

- ⁱ Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora substituta do departamento de Designer
- ⁱⁱ O projeto de confecção do site, nomeado *Minha Ilha*, estará disponível para o acesso público no início de 2014. Cf. Edital de Divulgação da Comissão Deliberativa do FUNCULTURA, como resultado da reunião ordinária de análise e julgamento de projetos culturais, do exercício de 2010, referente ao Edital de Convocação publicado no DOE de 18/12/2010, em obediência ao que preceitua o artigo 22 do Decreto nº 25.343/2003, alterado pelo Decreto 27.101/2004. Processo N°1213.
- ⁱⁱⁱ Cf. Entrevista Gregório Bezerra: 10/10/1978, http://boitempoeditorial.com.br/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-160-4&veiculo=O%20Pasquim, acesso em 10/08/2013.
- ^{iv} Cf. Lei 96.693 N. 4.357, promulgada em 14 de Setembro de 1988. In: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1988/decreto-96693-14-setembro-1988-447461-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 20/06/2012.
- ^v Cf. O plano de manejo da APA (*Op. Cit.*)
- ^{vi} Segundo informações coletadas nas entrevistas, as grávidas são transportadas para o continente ao atingirem os cinco meses de gestação, aqui permanecendo até darem a luz.
- ^{vii} Dona Pituca faleceu no final do ano de 2012.